

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SEGURANÇA SOCIAL, DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA

Despacho conjunto n.º 290/2005. — O Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento, cuja Lei Orgânica foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 137/2003, de 28 de Junho, sucedeu nas atribuições, direitos e obrigações ao Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento, bem como nas decorrentes da extinção do Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional, concretizada pelo Decreto-Lei n.º 2/2003, de 6 de Janeiro, o qual determina no seu artigo 4.º, n.ºs 1 e 2, que os funcionários pertencentes aos quadros de pessoal dos serviços e organismos extintos transitam para os quadros dos serviços e organismos que lhes sucedem, nos termos da legislação em vigor.

Considerando que a funcionária Maria do Céu Portela Coelho Rodrigues da Rocha, pertencente ao quadro de pessoal do extinto Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional, na situação de licença sem vencimento de longa duração, requereu a cessação da mesma e o regresso à actividade;

Considerando o disposto no artigo 8.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 193/2002, de 25 de Setembro, que estipula a afectação ao quadro de supranumerários do pessoal dos serviços abrangidos por extinção, fusão ou reestruturação que se encontre em situação de licença que determine a abertura de vaga:

Determina-se, nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 193/2002, de 25 de Setembro, o seguinte:

1 — É afectada ao quadro de supranumerários, criado para o efeito junto à Secretaria-Geral do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança Maria do Céu Portela Coelho Rodrigues da Rocha, na seguinte situação jurídico-funcional:

Carreira — técnico-profissional;
 Categoria — técnica profissional de 1.ª classe;
 Vínculo — nomeação definitiva;
 Escalão/índice — 2/228;
 Serviço de origem — Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional;
 Habilitações literárias — curso geral de Administração e Comércio.

2 — A afectação prevista no número anterior produz efeitos à data do presente despacho.

9 de Março de 2005. — O Ministro das Finanças e da Administração Pública, *António José de Castro Bagão Félix*. — O Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança, *Fernando Mimoso Negrão*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7066/2005 (2.ª série). — Ao abrigo dos requisitos exigidos pelos artigos 1.º, 2.º, 11.º e 12.º do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em Brasília, a 7 de Maio de 1991, e aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 5/94, de 4 de Novembro de 1993, bem como dos previstos no artigo 31.º da Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto, considero admissível o pedido de extradicação para a República Federativa do Brasil do cidadão João dos Santos Luiz, nascido na cidade de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, e que foi julgado e condenado, no âmbito do processo n.º 147/2001, da Vara do Foro Distrital de Ilha Solteira, à revelia e como reincidente, na pena de 5 anos de prisão, pela prática de um crime de roubo.

9 de Março de 2005. — O Ministro da Justiça, *José Pedro Aguiar Branco*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho n.º 7067/2005 (2.ª série). — Por despachos do director-geral de 14 de Março de 2005:

Judite dos Remédios Almeida Cardoso, escriturária da Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Santa Maria da Feira (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Manuel António da Rocha Pereira, escriturário da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa — nomeado para idêntico lugar da 2.ª Conservatória do Registo Predial de Sintra (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

16 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 7068/2005 (2.ª série). — Por despachos do director-geral de 9 de Março de 2005:

Estela Maria de Melo Gonçalves, escriturária da Conservatória do Registo Predial e Comercial da Trofa — nomeada segunda-ajudante da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial de Vieira do Minho (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Madalena Sofia Caldeira Mousinho, escriturária da Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Cartório Notarial de Arronches — nomeada segunda-ajudante da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial de Aljustrel (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria da Conceição Fernandes Vilhena, escriturária superior da Conservatória do Registo Predial e Comercial de Serpa — nomeada segunda-ajudante da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial de Almodôvar (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria José de Sousa Pinheiro Arantes Ramoa, segunda-ajudante da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial de Amares — nomeada para idêntico lugar da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga (3.º escalão, índice 235), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

16 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 7069/2005 (2.ª série). — Por despachos do director-geral de 14 de Março de 2005:

Alice da Conceição Pinto Lopes Grilo, segunda-ajudante da Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Viana do Alentejo — nomeada primeira-ajudante da Conservatória do Registo Predial de Évora (2.º escalão, índice 265), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria Madalena Baptista dos Santos Loureiro, primeira-ajudante da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Oeiras — nomeada ajudante principal da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Oeiras (1.º escalão, índice 350), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

17 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Rectificação n.º 530/2005. — Por ter havido lapso na publicação, rectifica-se o despacho n.º 140/2005, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 5 de Janeiro de 2005, a p. 87, relativo à promoção à 1.ª classe de conservadores do registo civil, pelo que, onde se lê «3.º Isabel Maria Sereno Gomes Quaresma Teixeira Ribeiro, conservadora na Conservatória do Registo Civil e Predial de Vagos (escalão 3, índice 550)» deve ler-se «3.º Isabel Maria Sereno Gomes Quaresma Teixeira Ribeiro, conservadora na Conservatória do Registo Civil e Predial de Vagos (escalão 2, índice 520)».

18 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Aviso n.º 3557/2005 (2.ª série). — De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 70.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, faz-se público que David Gabriel Correia Silva, guarda, foi notificado em 16 de Dezembro de 2004 da pena disciplinar de demissão que lhe foi aplicada por despacho de 30 de Novembro de 2004 do Ministro da Justiça.

15 de Fevereiro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.